

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de gêneros alimentícios para preparação de kits lanches contendo um item de cada conforme relacionado no item 2 deste termo de referência para os alunos dos cursos profissionalizantes do Centro de Formação do Vestuário (CEVEST), Projeto Itinerante CEVES e cursos livres, através da Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior (SMCTIEPS), Conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico - Registro de Preços - Lei nº 14.133/2021 art. 28 Inciso I c/c Art. 78 Inciso IV (Sistema Registro de Preços)
1.4	Período:	12 MESES
1.5	Tipo:	Menor preço por item, nos termos da Lei nº. 14.133/2021;

1.6 - No que diz respeito ao critério de julgamento adotado (Menor preço por item), Na licitação por itens, o objeto é dividido em partes específicas, cada qual representando um bem de forma autônoma, razão pela qual aumenta a competitividade do certame, pois possibilita a participação de vários fornecedores.

1.7 Aquisição com ampla participação para todos interessados que atendam às exigências do Edital.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
	COTA EXCLUSIVA		
01	01 Unid. de Néctar de fruta sabores variados: COMPOSIÇÃO: Água, polpa de fruta, açúcar, acidulante ácido cítrico, aroma natural e antioxidante ácido ascórbico. Não contém glúten. Isento de adoçantes e corantes. EMBALAGEM: Primária: Asséptica, com capacidade para 200ml, com canudo acoplado (TETRA PACK). Rotulagem: Deve atender a legislação vigente. VALIDADE: Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	unidade	43200
02	01 Pct. Biscoito Salgado: COMPOSIÇÃO: Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, açúcar, açúcar invertido, sal, fermentos químicos fosfato monocalcico e bicarbonato de sódio e amônio e melhorador de farinha: Enzima protease. Pode conter traços de soja e leite. Embalagem sachê individual de no mínimo 24g. VALIDADE: Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	UNIDADE	43200
	COTA PRINCIPAL		
03	01 Mini Bolo sabores variados: COMPOSIÇÃO: Farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, açúcar invertido, gordura vegetal, ovo, soro de leite, maltodextrina, farinha de soja, sal, umectantes sorbitol e glicerol, fermentos químicos pirofosfato ácido de sódio e fosfato monocalcico, conservadores propionato de cálcio e ácido sórbico. Isento de gordura trans. EMBALAGEM: Primária de filme do polipropileno atóxico, podendo ser metalizado. Pacote de 30g. VALIDADE: Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	unidade	32.400
	COTA RESERVADA		
04	01 Mini Bolo sabores variados: COMPOSIÇÃO: Farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, açúcar invertido, gordura vegetal, ovo, soro de leite, maltodextrina, farinha de soja, sal, umectantes sorbitol e glicerol, fermentos químicos pirofosfato ácido de sódio e fosfato monocalcico, conservadores propionato de cálcio e ácido sórbico. Isento de gordura trans. EMBALAGEM: Primária de filme do polipropileno atóxico, podendo ser metalizado. Pacote de 30g. VALIDADE: Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	UNIDADE	10.800

1.8 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 Aquisição de gêneros alimentícios para preparação de kits lanches com a finalidade de atender às necessidades do Centro de Formação do Vestuário (CEVEST), Projeto CEVEST Itinerante e Cursos livres, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E SUPERIOR** e será procedida via **PREGÃO ELETRÔNICO – Sistema de Registro de Preços**.

2.3 - A distribuição será realizada aos alunos que frequentarem as aulas periodicamente, conforme duração de cada curso.

2.4 - * Considerando que atualmente são um total de 660 alunos circulando durante a semana no CEVEST, de acordo com o número de alunos inscritos ativos com cursos de até três vezes na semana;

* Considerando o Projeto CEVEST Itinerante a partir de abril do corrente ano, contemplará 30 alunos diariamente, com estimativa de 150 alunos semanais;

* Considerando que os cursos Livres ministrados com temas atuais estão contemplando cerca de 30 alunos por dia com pretensão de alcançarmos pelo menos 90 alunos semanais, conforme tabela abaixo:

ALUNOS CEVEST	660 alunos semanais	2640 alunos mensais	31.680 alunos anuais
CURSOS LIVRES	90 alunos semanais	360 alunos mensais	4.320 alunos anuais
PROJETO CEVEST ITINERANTE	150 alunos semanais	600 alunos mensais	7.200 alunos anuais
		TOTALIZANDO ANUALMENTE:	43.200

2.5 - A alimentação constitui uma das necessidades mais fundamentais para o homem. Além das implicações fisiológicas, envolve aspectos sociais, psicológicos e econômicos, estamos nos referindo a uma missão educativa e social de oferecer uma refeição nutricionalmente adequada em termos qualitativos e quantitativos.

2.6 - Desta maneira, o oferecimento de lanches nos intervalos das aulas dos cursos tem por objetivo oferecer ao aluno, por meio de uma ação efetiva, um importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica e de real função acadêmico-social, o qual vem de forma completa contribuir para seu melhor desempenho e formação integral, bem como, diminuir a evasão nos cursos.

2.7 - O alimento solicitado é importante para uma dieta saudável, pois é fonte de micronutrientes e de outros componentes com propriedades funcionais.

2.8 - Em se tratando de alimentos que requerem todo cuidado de armazenagem e da reduzida capacidade de armazenamento as entregas serão MENSAS conforme necessidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 Aquisição de gêneros alimentícios para preparação de Kits lanches com praticidade para distribuição rápida nos pequenos intervalos dos cursos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e,

4.2 Efetuar a entrega dos itens embalados, em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado do respectivo DANFE.

4.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias;

4.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.6 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.7 Apresentar ao Setor responsável, a NOTA FISCAL ELETRÔNICA para pagamento, acompanhada de todos os DANFEs devidamente atestados pelo responsável do recebimento, para conferência e somatório de todas as mercadorias entregues no período correspondente a emissão desta nota.

4.7.1 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

4.7.2 Contratada ainda ficará sujeita às seguintes condições:

4.7.2.1 Repor os produtos dentro do prazo de validade e/ou vida útil, no caso de qualquer alteração dos mesmos;

4.7.2.2 Seguir programação do fornecimento, enviada por e-mail, quanto a quantidade e qualidade a serem entregues;

4.7.2.3. A contratada deverá seguir a solicitação, a programação dos dias da semana e horários/período de entrega/ distribuição dos alimentos enviados por email, a programação somente poderá ser alterada com justificativa e aviso prévio ao Setor, e mediante a autorização do Setor.

4.7.2.4 As quantidades dos produtos são estimativas, e a Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior não se obriga a adquirir suas totalidades, fazendo de acordo com o desenvolvimento das atividades;

4.7.2.5 Os produtos entregues estarão sujeitos a devolução caso não preservem suas características sensoriais (odor, cor, textura, aspecto geral), além de condições insatisfatórias da embalagem (não está furada, rasgada, amassada ou enferrujada);

4.7.2.6 Entregar os produtos contendo em sua embalagem a marca conforme proposta de preço apresentada na licitação, informação nutricional, data da fabricação, validade e/ou vida útil dos mesmos.

4.8 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Municipal de Saúde;

4.9 Comprovação de possuir depósito(s), compatível com o objeto da presente licitação, através de laudo relacionando as condições técnicas de higiene, instalações e acondicionamento, através de documento firmado pelo RT da empresa licitante.

4.10 A empresa deverá apresentar o Certificado de Inspeção Sanitária para veículo destinado ao transporte de alimentos que será utilizado.

4.11 A contratada deverá observar os *requisitos de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.*

5. Execução Contratual

5.1 O fornecimento dos gêneros alimentícios para a preparação dos "kits lanches" será efetuado conforme conveniência e necessidade, a serem determinados pelo setor responsável pelo Centro de Formação do Vestuário (CEVEST), com prazo de entrega não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.

5.2 A mercadoria deverá ser entregue na sede desta secretaria na Av. Alberto Braune, 223 - 2º andar - Centro - Nova Friburgo - RJ - CEP: 28613-001 das 09:00 às 17:00, no prazo de 05 dias a partir da solicitação emitida via e-mail (smctieps@sme.novafriburgo.rj.gov.br), nos quantitativos e especificações determinadas, conforme Planilhas de Distribuição.

5.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste TERMO DE REFERÊNCIA e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4 Os bens serão recebidos definitivamente, contados do recebimento após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante assinatura do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.6 **Locais de entrega:** Av. Alberto Braune, 223 - 2º andar - Centro - Nova Friburgo - RJ - CEP: 28613-001

5.7 **Dias de entrega:** segunda-feira à sexta-feira, de acordo com a solicitação prévia.

5.8 **Horários de entrega:** 09hs às 17hs.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1 A documentação necessária à comprovação das qualificações ficar restrita às hipóteses previstas no caput do artigo 67 da norma e, no que tange aos atestados, a exigência deverá estar restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, de acordo com o artigo 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

6.2- Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove que a licitante tenha fornecido objeto pertinente e em quantidade compatível com o objeto desta licitação, registrado perante ao órgão técnico competente.

6.3- A empresa deverá comprovar possuir vínculo permanente com um responsável técnico, através da apresentação do contrato de prestação de serviço ou da inclusão no quadro funcional da empresa. O Responsável Técnico (RT), deverá estar regularmente inscrito no Conselho Regional competente, bem como a empresa.

6.4 - Licença de Funcionamento, conferida pelo órgão sanitário da respectiva Unidade de Federação.

6.5 - No caso de empresas sediadas fora do município de Nova Friburgo – Certificado do SIF-DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, ou SIE e/ou Título de Relacionamento emitido pela Delegacia Federal do Ministério da Agricultura da sede da empresa;

6.6 - No caso de empresas sediadas no Município de Nova Friburgo – Certificado emitido pela **Vigilância Sanitária Municipal**, dentro do prazo de validade.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

7.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.9 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.10 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

8.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

8.2.1	Gestão/Unidade	Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior
8.2.2	Elemento de Despesa:	339030-16
8.2.3	Fonte de Recurso:	1501
8.2.4	Programa de Trabalho:	15001.1136300312.319

8.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

9. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

9.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações dispostas neste Termo de Referência, em observância ao Decreto Municipal nº313 de 10 de outubro de 2019 e Decreto Municipal nº 258 de 27 de setembro de 2018.

9.2 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto Municipal nº313 de 10 de outubro de 2019 e Decreto Municipal nº 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as Certidões listadas abaixo estejam dentro da validade.

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal- abrangem as Contribuições Sociais; FGTS; PGE- Referente Dívida Ativa Estadual; Municipal- referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual -CND- referente ao ICMS.

9.3 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da agência e Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.4 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

9.5 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
CNPJ: 28.606.630/0001-23
ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO,
NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.

10 DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição será exercido por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da compra, e de tudo dar ciência à Administração;

10.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Felippe de Jesus Schenquel	063173	Gestor titular
Valdete Lisboa Borge	107441	Gestor Substituto
Livia Silva Dos Santos	063242	Fiscal titular
Amanda Pereira Diniz	062484	Fiscal substituto

10.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

10.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

11 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12 DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

13 - DA RESCISÃO

13.1 O art. 147 da Lei n. 14.133/2021, em respeito também ao princípio da conservação dos negócios jurídicos, que a decisão que declarar a nulidade de contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, devendo a Administração ponderar:

- I – impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- II – riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

III – motivação social e ambiental do contrato;

IV – custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;

V – despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;

VI – despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;

VII – medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;

VIII – custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;

IX – fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;

X – custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;

XI – custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissionalizante e Superior.

Nova Friburgo/RJ, 27 de março de 2023.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Felippe de Jesus Schenquel Subsecretário Municipal de Educação Profissionalizante e Superior Mat. 063173	<hr/> Amanda Pereira Diniz Coordenadora – Mat: 62484

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo o
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Ciente, de acordo:

André Luiz Montechiari Lobosco

Secretário Municipal de Ciência, Tecnologia,
Inovação e Educação Profissionalizante e Superior
Matr.: 063200